VILA NOVA DE FAMALICÃO

ARMANDO RIO & FILHOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 5177/991229; identificação de pessoa colectiva n.º 504426095; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 25/050927.

Certifico que foi efectuado o seguinte registo:
Dissolução e encerramento da liquidação.
Data da aprovação das contas: 27 de Setembro de 2005.

Conferi e está conforme.

3 de Outubro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Ferreira de Sá Araújo*,
2007941627

COIMBRA

ARGANIL

SALSICHARIA SOARES & DAMIÃO, L.^{DA}

Rectificação. — No suplemento do *Diário da República*, 3.ª série, n.º 51, de 25 de Outubro de 2005, apêndice n.º 1/051021, foi publicado com inexactidão um anúncio referente à sociedade: Salsicharia Soares & Damião, L.^{da}, sob o n.º 2010043375. Assim onde se lê: «Talho Soares, L.^{da}», deve ler-se: «Salsicharia Soares & Damião, L.^{da}»

7 de Agosto de 2006. — A Ajudante, (*Assinatura ilegível*),
3000216304

COIMBRA

T. P. C.'S E BRINCADEIRAS — ESTUDO ACOMPANHADO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Coimbra. Matrícula n.º 10 340/20050217; inscrição n.º 1; data da apresentação: 20050217.

Certifico que, foi constituída entre Cláudia Sofia da Costa Pires da Silva Gonçalves, casado com Rui Miguel Cruz Gonçalves, na comunhão de adquiridos e António Ferreira de Almeida, casado com Maria Elisa Marques de Oliveira Almeida, na comunhão de adquiridos, a sociedade por quotas em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma T. P. C.'S e Brincadeiras — Estudo Acompanhado, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua do Brasil, 502-A, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra.

2 — A sociedade, por simples deliberação da gerência, poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em A. T. L., actividades tempos livres com estudo acompanhado, infântario e centro de explicações e centro de recursos informáticos.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de seis mil euros e corresponde à soma de duas quotas iguais dos valores nominais de três mil euros cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Cláudia Sofia da Costa Pires da Silva Gonçalves e António Ferreira de Almeida.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração conforme for deliberado, ficará a cargo de quem vier a ser designado em assembleia geral, ficando desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada nos seus actos e contratos basta a intervenção de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 9.º

1 — Por deliberação em assembleia geral poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares até ao montante global igual a vinte vezes o capital social, reembolsáveis quando julgadas dispensáveis, sendo a data e a forma de restituição fixadas em assembleia geral, que delibere o reembolso.

2 — Qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade, quando esta deles carecer nas condições de retribuição e reembolso, que forem fixadas em assembleia geral.

Está conforme o original.

1 de Março de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Ana Margarida Franco Pereira Duarte*,
3000192461

FIGUEIRA DA FOZ

CRUZFILIZA — COMÉRCIO DE LINGERIE, L.^{DA}

Rectificação. — No *Diário da República*, 3.ª série, n.º 192, de 6 de Outubro de 2005, a p. 21788-(28), saiu com inexactidão a publicação relativa à sociedade CRUZFILISA — Comércio de Lingerie, L.^{da}, sob o n.º 2007066319. Assim, onde se lê: «Matrícula n.º 326/20050609», deve ler-se: «Matrícula n.º 3270/20050609» e não com foi publicado.

20 de Novembro de 2006. — A Conservadora, *Maria da Graça Toucedo Dias Ferrão*,
3000216399

ÉVORA

ALANDROAL

ARMAZÉM DA TERRA — RESTAURAÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Alandroal. Matrícula n.º 00190/050204; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 01/050204.

Certifico que, por escritura de 5 de Março de 2003, lavrada no Cartório Notarial do Centro de Formalidades de Empresas de Lisboa II, de fl. 118 do livro n.º 101, foi constituído um contrato de sociedade, entre: Pedro José Blanco de Pires Miguel, número de identificação fiscal 189828293, natural da freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa, casado com Helena Sofia Carvalho de Oliveira e Sousa, no regime da comunhão de adquiridos, residente no Monte do Chiado, em Alandroal, titular do bilhete de identidade n.º 7292405 de 29 de Janeiro de 2003, emitido em Lisboa nos Serviços de Identificação Civil; e José Gabriel Blanco de Pires Miguel, número de identificação fiscal 194698041, natural da freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa, casado com Maria João Silva da Cruz Rombo Pires Miguel no regime da comunhão de adquiridos, residente na Rua do Viveiro, 498-A, 4.º, esquerdo, no Monte Estoril, Estoril, Cascais, titular do bilhete de identidade n.º 9560721 de 2 de Dezembro de 1999, emitido em Lisboa nos Serviços de Identificação Civil.

ARTIGO 1.º

1 — A Sociedade adopta a firma Armazém da Terra — Restauração, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Santo António, 58, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de Alandroal.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda ser criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em supermercado. Comércio a retalho de grande variedade de produtos, tais como: alimentares, bebidas, higiene e limpeza. Restauração.

ARTIGO 3.º

O capital social é de cinco mil euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas: uma no valor nominal de dois mil quinhentos e cinquenta euros, pertencente ao sócio Pedro José Blanco de Pires Miguel e outra no valor nominal de dois mil quatrocentos e cinquenta euros, pertencente ao sócio José Gabriel Blanco de Pires Miguel.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, a nomear em assembleia geral, a qual poderá ou não ser remunerada, conforme aí for deliberado.

2 — Para vincular a sociedade, é necessária a intervenção de um gerente.

3 — Ficam desde já nomeados gerentes, os sócios Pedro José Blanco de Pires Miguel e José Gabriel Blanco de Pires Miguel.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o contrato social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Quando em resultado de acção de divórcio ou separação de pessoas e bens, a quota seja atribuída ao conjugue não subscritor;
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros, sem o prévio consentimento da sociedade, prestado por deliberação tomada por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Disposição transitória

A sociedade poderá entrar imediatamente em actividade, pelo que a gerência poderá praticar em seu nome quaisquer actos e negócios no âmbito do objecto social e fica, desde já, autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de

constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis, imóveis ou direitos, celebrar contratos de arrendamento e locação financeira mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Está conforme.

21 de Dezembro de 2004. — A Ajudante, *Maria Inácia Fontes Rosado de Fontes*.
2007046482

LEIRIA

LEIRIA

FRUTAS CONSTANTINO, L.ª

Sede: Rua do Pinhalzinho, sem número, Quintas do Sirol, Santa Eufémia, Leiria

Conservatória do Registo Comercial de Leiria. Matrícula n.º 6688/991115; identificação de pessoa colectiva n.º 504561740; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 71/050210.

Certifico que, a sociedade em epígrafe alterou os artigos 1.º e 3.º do contrato os quais passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade passa a ter a firma Frutas R. & F. Constantino, L.ª

ARTIGO 3.º

A sociedade passa a ter por objecto: comércio por grosso, de fruta e produtos hortícolas, batata, importação e exportação. Transporte rodoviário de mercadorias, nacional e internacional, por conta de outrem.

Foi depositado o pacto social actualizado.

Conferida, está conforme o original.

11 de Fevereiro de 2005. — A Ajudante, *Gracinda das Neves Francisco*.
2007322366

APP — AGRUPAMENTO DE PRODUTORES PECUÁRIOS, S. A.

Sede: Rua da Granja, 10, C, D e E, Boavista, Leiria

Conservatória do Registo Comercial de Leiria. Matrícula n.º 4417/940308; identificação de pessoa colectiva n.º 503163880; inscrição n.º 13; número e data da apresentação: 50/050104.

Certifico que foi remodelado todo o contrato, o qual passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de APP — Agrupamento de Produtores Pecuários, S. A.

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede na Rua da Granja, 10, C, D e E, Boavista, concelho de Leiria.

2 — O conselho de administração poderá deliberar a transferência da sede para o outro local, bem como abrir ou encerrar, no país ou no estrangeiro, qualquer espécie de representação local.

ARTIGO 3.º

1 — A sociedade tem por objecto a produção e comercialização de produtos pecuários, incluindo a concentração, transformação e preparação para venda, e ainda, medidas de suporte e controlo das actividades relativas à produção dos seus accionistas produtores.

2 — A sociedade pode, também por deliberação do conselho de administração, criar novas sociedades e participar em uniões de agrupamentos de produtores, consórcios e associações, bem como adquirir e alienar participações no capital de outras empresas.

ARTIGO 4.º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, mas não inferior a dez anos.